



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



Ribeirão Preto, 13 de fevereiro de 2019.

Ofício n 015/2019.

Exmo. Sr.

LINCOLN FERNANDES

DD. Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Nesta

Prezado Senhor

Ref: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 95/2018

A fim de colaborar com a análise e as ponderações que serão feitas por esta Casa Legislativa ao **Projeto de Lei Complementar n 95**, de 20 de novembro de 2018, que dispo sobre a instituição do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Ribeirão Preto, fixa novo limite máximo para a concessão de aposentadorias, autoriza a celebração de convênio com entidade fechada de previdência complementar e dá outras providências, o **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, em 06 de novembro de 2018, através do Ofício n 190/2018, pugnou pela rejeição do referido Projeto de Lei Complementar n 95, pois o mesmo viola o direito dos novos servidores, bem como impo prejuízos irreparáveis ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio da Previdência Social do Município ao criar a possibilidade de transferência de recursos financeiros do Fundo da Previdência do IPM para sistema privado de aposentadoria.

Hoje, os termos do referido ofício ganham ainda mais atualidade. A proposta de reforma da Previdência do Governo Federal, segundo todas as versões já apresentadas para debate, unifica as regras dos regimes geral e próprio, impondo novas exigências para a concessão de benefícios, que alcançam a todos os segurados, inclusive aos servidores públicos, e abre caminho para grandes mudanças.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



O Governo Federal optou por colocar em debate a desconstitucionalização da matéria, remetendo para a lei complementar a definição das normas gerais de organização e funcionamento e de responsabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social. Mudancas acentuadas nos critérios e parâmetros da aposentadoria dos regimes próprios de previdência dizem respeito, entre outros, aos seguintes quesitos: 1) regras de cáculo, com atualização das remunerações e slrios de contribuição utilizados e reajustamento dos benefícios; 2) forma de apuração da remuneração no cargo efetivo; 3) o rol, a qualificação e as condições necessárias para enquadramento dos dependentes; 4) O tempo de duração da pensão por morte e das cotas por dependentes; 5) regra de vedação de acumulação de proventos e seu cáculo; 6) “aposentadorias especiais” – servidores com idade mínima e tempo de contribuição distinto; 7) regras de transição; 8) contribuição previdenciária – ativos, inativos e pensionistas; etc.

O fato  que a reforma da Previdência, ou como pretende o Governo Federal ou como pretendem outros seguimentos da sociedade civil com forte representação no Congresso Nacional ou ainda uma terceira hipótese surgida da síntese possível dos projetos em disputa, irá criar novas bases para o Regime Próprio da Previdência em Ribeirão Preto. Por isso, uma decisão sobre o Regime Próprio da Previdência Municipal apartada e antecipada da decisão nacional  algo que produzir um resultado jurídico certamente discrepante da reforma previdenciária em curso e sem conexão com as necessidades que serão criadas a partir das mudancas nacionais.

Seja qual for o resultado final do debate em curso no Congresso a respeito da Previdência, o fato  que o Regime Próprio de Previdência Municipal terá que se adequar às novas regras e exigências nacionais. O Projeto de Lei Complementar n 95, que não traz alívio algum a médio ou curto prazo para os cofres municipais,  também extemporâneo. Tal debate s servirá para importar para o ambiente local a extrema polarização social que hoje predomina em Brasília. Ou seja, sem trazer um único benefício imediato ao IPM, nem para os cofres municipais, nem para a sociedade e nem para os servidores, eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar n 95 não serviria para valorizar e revigorar ainda mais o Poder Legislativo local, não fortalece a nossa Câmara de Vereadores e também não contribui para o empoderamento dos nossos vereadores e vereadoras na defesa do desenvolvimento do Município.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Em sentido oposto, os vícios e erros presentes no referido Projeto podem levar a imediata judicializao da matéria. O objetivo que o Projeto busca não  o desejo que melhor se coaduna com as expectativas da populao, nem com as necessidades do Regime Próprio de Previdência Municipal.

Como já foi apontado no Ofício 190/2018, na mensagem de encaminhamento do projeto em análise, esclarece então o ilustre autor do Projeto de Lei que a iniciativa está *"compreendida no contexto da proposta de reorganizao previdenciária ora em curso na Administrao Municipal, na qual se destaca, como um dos seus aspectos mais relevantes, o equacionamento financeiro e atuarial do sistema previdenciário local".* Esclarece também que *"como alternativas para o equacionamento do déficit financeiro e atuarial dos regimes prrios de previdência social desequilibrados, a Portaria não 403, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social, indica, dentre outras medidas, a instituio de regime de previdência complementar".* Importante aqui ressaltar que não há qualquer estudo, avaliao ou projeo de caráter atuarial que possa ser extraída do Projeto de Lei Complementar não 95, ou da sua justificativa, que demonstre a necessidade ou a viabilidade da instituio do Regime de Previdência Complementar para o Município. Assim, verifica-se que não foi demonstrado, através de elementos mínimos em aspectos técnicos atuariais, que a escolha pretendida seria a mais adequada ou necessária.

Ademais, a Portaria não 403/2008, do Ministério da Previdência Social, apontada pelo autor do Projeto na justificativa apresentada ao Legislativo, **não incluía**, em suas premissas ou diretrizes, a **indicao da implantao da Aposentadoria Complementar** como alternativa para o *deficit* financeiro e atuarial. No caso, conjugou-se o verbo incluir no passado porque a citada Portaria não 403, de 10 de dezembro de 2008, já havia sido REVOGADA em 19/11/2018, pela Portaria MF não 464, um dia antes da apresentao do Projeto de Lei Complementar não 95 a essa Casa Legislativa.

Com efeito, verifica-se que não há comprovao de que o empreendimento que se busca implantar terá viabilidade técnica e econmica, o que aponta a inconstitucionalidade da proposta de norma apresentada pela falta prévia de fundamento atuarial. Por outro lado, importante observar a motivao deficiente do ato de escolha amparado em portaria que não discorria sobre aposentadoria complementar e, mesmo que se deste tema tratasse, referida portaria já se encontrava revogada antes mesmo da apresentao do referido Projeto de Lei ao Legislativo.



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



Além disso, o texto ora em análise veicula regras de controvertida sustentcao jurídica e a repeticao de passagens com vícios de natureza não apenas material, mas também formal que impedem a sua deliberacao em Plenário. Apenas a título de exemplo, veja-se o que consta no Parágrafo nico do Artigo 11:

[...]

Parágrafo nico. Os aportes aos planos de previdência administrado pela entidade de Previdência Complementar, a título de contribuicao do patrocinador, **deverão ser pagos com recursos do orçamento de cada um dos órgãos, entidades e poderes indicados no artigo 1o**, desta lei complementar.

Agora veja-se que o referido Artigo 1o, da proposta de Lei em discussão, **não indica** rgos, nem entidades ou poderes que deveriam arcar com os aportes de previdência. Veja-se que o citado Artigo 1o silncia sobre a responsabilidade dos aportes a título de contribuicao do patrocinador :

[...]

Art. 1o. Fica instituido, no âmbito do Município de Ribeirão Preto, o Regime de Previdência Complementar a que se referem os parágrafos 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituio Federal.

Parágrafo nico. O regime de previdência complementar de que trata o *caput* deste artigo, de caráter facultativo, aplica-se aos servidores que ingressarem no serviço público municipal a partir do oferecimento de plano de benefício previdenciário complementares a eles destinados.

Assim, na ostensiva falta de fundamento legal para a realizao dos aportes, a tramitao do presente projeto não logra receber parecer prévio favorável das Comissões específicas dessa Casa, uma vez que não  permitido ao Poder Legislativo optar por uma leitura possível entre uma miríade de outras leituras também possíveis que precedem da proposta apresentada pelo Poder Executivo. Nesta perspectiva, o

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



preenchimento de lacunas significativas não esclarecidas no projeto originário apresentado pelo Executivo são podem ser feitas pelo próprio Poder Executivo, pois se o Poder Legislativo se incumbisse de tais acréscimo não estaria apenas modificando o texto inicial e sim inserindo matérias não-versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo, invadindo e invalidando o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo.

A celebrao de convênio de adesão a Planos de Previdência Complementar de entidade fechada de previdência  algo que deve ser feito com cautela, uma vez que significaria a renúncia de uma das maiores receitas e atribuies do IPM (Instituto de Previdência dos Municipirios). Tanto  assim que a autorizao para celebrao de convênios com entidades públicas ou particulares, de acordo com o inciso I do Art. 36 da Lei Orgânica do Município, válido, depende do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, exigência essa que, pelo que se vislumbra, o autor procura contornar com a apresentao de um Projeto de Lei de natureza Complementar.

Em apertada síntese, elencamos apenas alguns dos pontos que inviabilizam o projeto, registrando que há no Projeto de Lei Complementar não 95/2018 um número ainda mais complexo e mais abrangente de irregularidades, além de vícios de natureza material, formal e legal.

No mérito, o **Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis** pugna pela rejeio do referido **Projeto de Lei Complementar não 95**, pois o mesmo viola o direito dos novos servidores, bem como impõe prejzos irreparáveis ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio da Previdência Social do Município ao criar a possibilidade de transferência de recursos financeiros do Fundo da Previdência do IPM para sistema privado de aposentadoria, o que contraria a Constituio Federal, a Constituio Estadual de São Paulo, bem como as Instrues Normativas do Ministério da Previdência Social, a moralidade administrativa e a razoabilidade, proporcionalidade e o interesse público.

Atenciosamente,

LAERTE CARLOS AUGUSTO

Presidente do SSM/RPGP

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000